



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 06.137.293/0001-30

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20210329.002/2021 – SEMUS/FMS

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 012/2021 - SEMUS/FMS

INTERESSADA: Secretaria Municipal de Saúde

ASSUNTO: Aquisição de materiais de expediente destinados ao diversos setores da Secretaria de Saúde do Município de Dom Pedro/MA.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Dom Pedro/MA, Estado do Maranhão, instituída através do Decreto nº. 07/2021, de 20 de janeiro de 2021, composta pelos servidores públicos: Sr. Joel Pinheiro de Assunção (Presidente); Maria Sheila Silva Amorim (Membro); Ademar Aguiar Ribeiro Filho (Membro), consoante autorizações da Sra. Andréia Vieira dos Santos, Secretária Municipal de Saúde, na qualidade de ordenadora de despesa, com fundamento no art.24, inciso II Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, conforme fundamentações abaixo.

Trata-se de solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, para a contratação direta da empresa **MARIA DE JESUS S. BALDEZ (PAPELARIA ATLAS)** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. **01.352.265/0001-11**, com sede na Rua: Humberto de Campos nº 84, bairro Centro, Dom Pedro/MA – CEP: 65.765-000 para **aquisição de materiais de expediente destinados aos diversos setores da Secretaria de Saúde do Município de Dom Pedro/MA**, de acordo com as especificações e quantidades, conforme **Justificativa** e proposta anexadas aos auto do Processo Administrativo nº. 20210329.002/2021-SEMUS/FMS.

Considerando o critério de **MENOR PREÇO**, a Secretaria Municipal de Saúde, requer a contratação direta, mediante dispensa por menor valor, da empresa **MARIA DE JESUS S. BALDEZ (PAPELARIA ATLAS)**, pelo valor total de **R\$ 9.573,50 (nove mil e quinhentos e setenta e três reais e cinquenta centavos)**, vencedora da consulta de preços em 03 (três) fornecedores do ramo, conforme Justificativa e respectivas propostas comerciais.

Encontra-se acostados nos autos as documentações a seguir relacionadas:

1. Memorando;
2. Despacho;
3. Cotação de Preços;
4. Solicitação e Dotação Orçamentária;
5. Justificativa;
6. Documentações de Habilitação, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação Econômica e Financeira da empresa com menor preço.

A Contratação foi motivada pela necessidade de atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, mencionada nos autos como **JUSTIFICATIVA**.

Quanto à justificativa de preço, exigida pelo art. 26, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, foi feito o mapa de apuração de pesquisa de preços com as 3 (três) propostas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 06.137.293/0001-30

preços apresentadas, o que cumpre tal requisito, eis que indica o menor preço dentre as propostas ofertadas por item.

No caso, a contratação direta é permitida com fundamento na dispensa de licitação prescrita no inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, cujo texto é o seguinte:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Entretanto, na legislação infraconstitucional, há previsão de dispensa nos casos de serviços e compras de valor até 10% (dez por cento), do limite para modalidade convite, conforme aduz os artigos 23 e 24 da referida legislação:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinados em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) Convite até R\$ 80.00,00 (oitenta mil reais);

(...)

Art. 24. É dispensável a licitação:

II- "para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"

O Decreto nº. 9.412 de 18 de junho de 2018 atualizou os valores limites das modalidades e também da dispensa de licitação previstas na Lei 8.666/93, fixando como o novo valor máximo para modalidade convite de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), ampliando assim o teto das dispensas:

DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Art. 1º. Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art.23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 06.137.293/0001-30

- b) na modalidade tomada de preço - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais);*
e) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais);
II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:
a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);
b) na modalidade tomada de preço - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais);
c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Sendo a hipótese dos autos no valor **R\$ 9.573,50 (nove mil e quinhentos e setenta e três reais e cinquenta centavos)**, ou seja, dispensa em razão de menor valor, encontra respaldo dentro do requisito principal para a contratação direta conforme disposição da Lei Federal 8.666/93 em seu artigo 24, II, supramencionado.

Cumprasseverar que é vedado o fracionamento de despesas com o objetivo de contratar através de dispensa de licitação, conforme art. 23, § 51 da Lei Federal nº 8.666/93 e recomendações do Tribunal de Contas da União, conforme se observa:

"Fracionamento, à luz da Lei de Licitações, caracteriza-se quando se divide a despesa para utilizar modalidade de licitação inferior à recomendada pela legislação para o total da despesa ou para efetuar contratação direta.

"Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação.

(..)

§ 51 É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço."

Segue algumas recomendações trazidas no Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União:

"Acórdão 935/2007 Plenário (Sumário)

Planeje a atividade de compras, de modo a evitar o fracionamento na aquisição de produtos de igual natureza e possibilitando a utilização da correta modalidade de



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 06.137.293/0001-30

licitação, nos termos do art.15, § 7º, II, da Lei nº8,666/1993”.

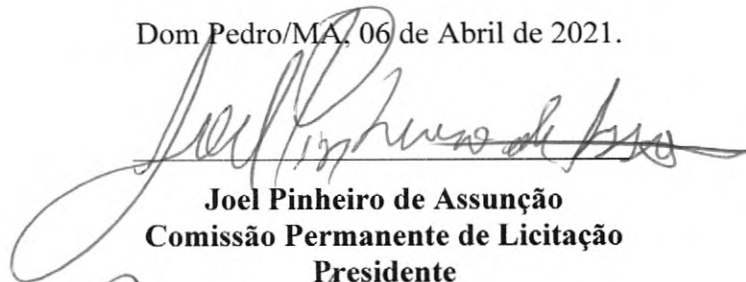
“Acórdão 589/2010

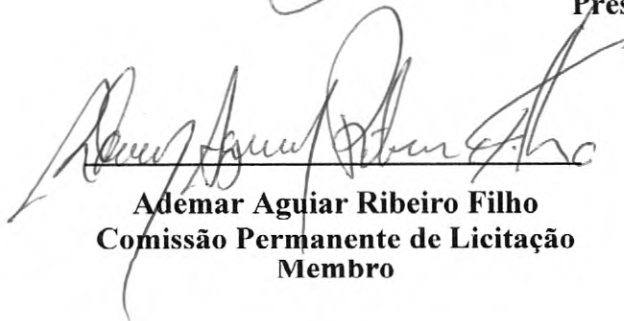
Primeira Câmara Evite o fracionamento de despesa com a utilização de dispensa de licitação indevidamente fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, uma vez que o montante das despesas previstas e contínuas realizadas no decorrer do exercício, a exemplo das aquisições de material de expediente, de consumo e de gêneros alimentícios, extrapola o limite de dispensa de licitação.”

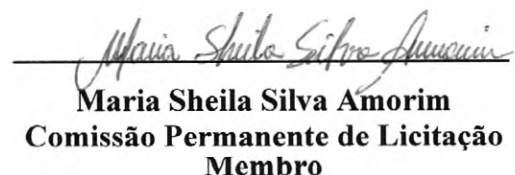
Por tudo exposto, resolvem reconhecer e declarar a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/1993, pela contratação direta, mediante dispensa de menor valor da empresa **MARIA DE JESUS S. BALDEZ (PAPELARIA ATLAS)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. **01.352.265/0001-11**, com sede na Rua: Humberto de Campos nº 84, bairro Centro, Dom Pedro/MA – CEP: 65.765-000 pelo valor total de **RS 9.573,50 (nove mil quinhentos e setenta e três reais e cinquenta centavos)**, conforme Termo de Referência e respectivas Propostas comerciais.

Assim, submeto a presente justificativa a Análise da Assessoria Jurídica e do Controle Interno para posterior ratificação da Sra. **Andréia Vieira dos Santos**, Secretária Municipal de Saúde para os fins do disposto no caput, do art. 26 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Dom Pedro/MA, 06 de Abril de 2021.


Joel Pinheiro de Assunção
Comissão Permanente de Licitação
Presidente


Ademar Aguiar Ribeiro Filho
Comissão Permanente de Licitação
Membro


Maria Sheila Silva Amorim
Comissão Permanente de Licitação
Membro